

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL CÔNEGO JOSÉ BULHÕES

Maria José Vasconcelos Oliveira
IESC, deninho.ezinha@hotmail.com
Márcia Nery de Brito Alves – Orientadora
IESC, Márcia.bna@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo tratar sobre a evasão escolar, conhecendo suas causas e consequências na Escola Estadual Cônego José Bulhões, utilizando como metodologia a pesquisa in lócus, a análise documental e relatos autobiográficos, com experiências da minha prática pedagógica. Tendo como referenciais teóricos, Freire, Gadotti, Moura, Ferreiro, Brandão, entre outros. A história da educação de Jovens e Adultos, aos poucos vem ocupando espaço no cenário nacional vem saindo da marginalidade da escola noturna para se colocar num campo de atuação, onde professores e alunos são sujeitos participativos no desenvolvimento de todo processo de ensino e aprendizagem. Instrumentalizar a população com os rendimentos de leitura e escrita numa visão crítica e transformadora em coerência com a realidade dessa classe é de fundamental importância. As mudanças sociais trouxeram novas exigências de formação, ampliando o espaço de educação formal. Reflexo disso é o número elevado de pessoas, jovens e adultos que estavam fora da educação básica, voltam aos bancos escolares. Acredita-se que a não conclusão das etapas de escolarização estejam ligados a vários fatores de diferentes naturezas: sociais, culturais, políticas, econômicas e pedagógicas consideradas determinantes para a não democratização da educação. Como a sociedade evolui em seu processo educativo formal é necessário que todos nele permaneçam, tendo acesso a leitura e a escrita para que não sejam mais excluídos desse benefício social que o mundo letrado produziu, por não dominá-la. Na Escola Estadual Cônego José Bulhões a evasão se evidencia pelo número de alunos que se matricula e a escola não consegue retê-los. Os motivos que os levam a evasão é a necessidade de trabalhar, tanto o município como fora dele; os conteúdos que não são apropriados a sua realidade escolar e a postura tradicional do professor, no que diz respeito à relação pessoal, o que dificulta ainda mais a participação desses atores na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadão. Leitura. Formação. Aprendizagem. Escola Estadual Cônego José Bulhões/Al.

1. INTRODUÇÃO

As dificuldades com a educação em massa são acompanhadas de propostas técnicas pedagógicas para a educação de adultos que não se limitam a escolarização. As críticas ao método de alfabetização da população adulta, por sua inadequação a clientela bem como pela superficialidade do aprendizado no curto período de alfabetização, remetem a uma nova visão

sobre o problema do analfabetismo e a consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos que tem como principal referencial o educador Paulo Freire.

Este trabalho tem como objetivo tratar sobre a evasão escolar, conhecendo suas causas e conseqüências. Vários fatores podem ocasionar a evasão escolar. Dentre eles, ensino mal aplicado por meio de metodologias inadequadas, professores mal preparados, problemas sociais, descaso por parte do governo. A alfabetização de adultos tem uma longa tradição, já tendo sido desenvolvida, no Brasil, uma considerável produção teórica e prática, fundamentalmente a partir do reforço ou da crítica sobre essa questão de mundo, o professor Paulo Freire.

Utilizaremos como metodologia os estudos teóricos de Barbosa (1994); Beisegel (1974); Freire (2001); Gadotti (2000); entre outros e também pesquisa, IN LOCUS .análise documental em atas de anos passados, e relatos autobiográficos, para consolidação deste trabalho, de forma significativa, onde possamos verificar a situação crítica existente.

Apesar de existir grande movimento na Escola Estadual Cônego José Bulhões, no sentido de ofertar ensino de qualidade voltado para os jovens e adultos, um dos grandes problemas deste estabelecimento é a evasão, que se evidencia pelo grande número de alunos que se matriculam e a escola não consegue retê-los. Este trabalho tem como principal objetivo compreender os motivos desta evasão nas turmas de educação de jovens e adultos por se observar sucessivas perdas uma vez supõe-se imprescindível rever as práticas pedagógicas adotadas para que o ensino-aprendizagem aconteça de forma coerente e satisfatória com a nova proposta pedagógica.

Sabe-se que a evasão não pode ser atribuída as causas isoladas, sejam as deficiências pessoais dos alunos, sejam os fatores de natureza socioeconômica ou da organização escolar. Mas, entre as causas determinantes da evasão, tais como as condições de vida e as condições físicas e psicológicas, a mais decisiva é a organização curricular e metodológica da escola, por não estar preparada para utilizar procedimentos didáticos adequados a realidade dos alunos do EJA.

Se há um comprometimento por parte dos profissionais da área de EJA, quais as causas que levam os alunos a evasão? Seria preciso mudar alguns critérios para o melhoramento do ensino nesta escola? A metodologia usada na prática educacional conquista os alunos? Necessário se faz a viabilização da instituição em responder as necessidades de todos os alunos.

2. A EVASÃO DA EJA E SUAS SINGULARIDADES

A evasão escolar é o que ocorre quando um aluno deixa de frequentar a escola e fica caracterizado o abandono escolar, e historicamente é um dos tópicos que faz parte dos debates e análise sobre a educação pública. Vários fatores podem ocasionar a evasão escolar. Dentre eles, ensino mal aplicado por meio de metodologias inadequadas, professores mal preparados, problemas sociais, descaso por parte do governo. O debate sobre a origem do problema varia conforme o ponto de vista dos debatedores.

De acordo com os educadores, o resultado do que a falta do ensino e de oportunidade fazem com alguns cidadãos pode ser visto pela pobreza e pelo aumento da violência, problemas que também estão relacionados à educação. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade escolar onde se busca oferecer aos Jovens e Adultos a continuação dos estudos para aqueles que por diversos motivos não conseguiram concluir os seus estudos. Essa modalidade veio para incentivar a essa clientela no crescimento pessoal.

De acordo com Veiga, 2000, p. 18, “O Brasil e o mundo atravessam uma transformação social que implantou um novo modelo para a economia, que passou a exigir trabalhadores mais qualificados e preparados, para compreender e atuar nesse processo”. A dificuldade estar em desenvolver uma aprendizagem conjunta, pois o professor não trabalha conteúdos diversificados e sim enfoca assuntos para todos, o aluno se sentindo desmotivado sem entender nada passa a evadir.

Mas a culpa também é de quem administra essa modalidade, os recursos disponíveis não são utilizados e formam turmas sem se preocupar que um é diferente do outro. Essas e outras situações são frequentes na EJA, da nossa instituição, infelizmente falta conhecimento da coordenadora, na maioria das vezes são professores que já estão em fase de aposentadoria, não tem interesse em educação, não são capacitados e jogam esses profissionais para atuarem em Educação de Jovens e Adultos sem a mínima condição de dar segmento a uma educação de qualidade, de valores éticos, de resgate da cidadania.

Esses alunos dificilmente alcançarão uma qualidade de vida melhor, pois os profissionais não têm visto a EJA como uma modalidade que merece respeito e dedicação, atenção e acima de tudo adequar os alunos aos padrões de visão de mundo, desta maneira as turmas estão diminuindo e a falta de interesse é notória e a evasão crescendo.

2.1 Causas da Evasão Escolar

São diversas as causas da infrequência dos alunos às salas de aulas: Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados e ausência de motivação. Muitas vezes eles são excluídos das festas e feiras culturais, do jornal interno e dos eventos da escola por serem taxados de incapazes. Cabe à escola ampliar horizontes culturais dos estudantes com diferentes encaminhamentos e sugestões de participações dos eventos escolares.

Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problemas de saúde, gravidez precoce, etc. Para Gadotti, 2000, p. 18. “Cabe ao professor estimulá-lo a fim de que ele possa participar de todas as atividades propostas e que possa se sentir bem com o seu grupo de estudo”. Acabando assim com o retraimento que sentem e se tornando participativo em suas ações. Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, cansaço físico.

A escola deveria oportunizar horários compatíveis às necessidades da clientela. Migração: alguns alunos em determinada época do ano, viaja para outros municípios a procura de trabalho para seu próprio sustento e sustento da família. Se o município não oferece condições de sobrevivência, eles precisam se deslocar para trabalhar fora.

Segundo estabelece o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação a carga horária mínima anual, para a educação básica, nos níveis fundamentais e médios, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (I). Estabelece ainda que o controle de frequência ficasse a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigido a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação (VIII)

Assim a intervenção com sucesso para evitar a ocorrência da evasão escolar ou infrequência do aluno, deve se realizar quando se constata que a sua ausência pode comprometer o ano letivo prejudicar ainda mais o aluno. O principal agente do processo para o combate da evasão escolar é o PROFESSOR, face ao seu contato direto e diário com o aluno, cabendo diagnosticar quando o mesmo não está indo a escola (sem justificativa) e iniciar o processo de resgate.

2.2 O Desafio da Educação de Jovens e Adultos Enquanto Nova Modalidade da Nova LDB

A história da Educação de Jovens e Adultos se dá a partir de um processo que se iniciou na década de 30. Foi nesta época que o ensino público primário, gratuito e obrigatório,

se torna direito de todos. Apesar das variadas interpretações nos estados e municípios, o registro deste direito atingia inclusive os adultos. Nesse período, segundo BEISEGEL, apud MOURA (1974, p. 68).

O diferente marcos significativo no processo de inclusão da educação de todos os adolescentes e adultos analfabetos entre os objetivos da atuação do estado no Brasil aparecem como expressões elementos constitutivos de um processo mais amplo de transformação do estado.

Em 1947, começa a campanha de Educação de Jovens e Adultos, direcionada principalmente para a zona rural. Esta campanha foi comandada por Lourenço Filho, estima-se uma alfabetização em três meses e a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. O próximo passo seria da “Ação em profundidade” voltava para o desenvolvimento comunitário e para a preparação profissional.

Os resultados obtidos em número de escolas supletivas em várias regiões do país, até mesmo com entusiasmo de voluntários, não se manteve na década subsequente, mesmo quando complementada e, em alguns lugares substituídos pela Campanha Nacional de Educação Rural um iniciativa conjunta dos ministérios da Educação e Saúde, com o ministério da Agricultura, iniciada em 1952.

Em 1963 foram banidas estas duas campanhas. A primeira contribuiu no aprofundamento de um campo teórico pedagógico orientado para discussão do analfabetismo em quanto tal. A desvinculação do analfabetismo de dimensões estruturais da situação econômica, social e política do país rotulavam uma visão de que o adulto analfabeto era incapaz e marginalizado psicologicamente com a criança. Como explica PAIVA, apud MOURA (1983, p. 177)

O ensino supletivo ao depender fundamentalmente de todas as instalações e pessoal administrativo e docente do ensino primário infantil, definiu-se como uma réplica do ensino infantil.

Neste período, estudantes intelectuais atuam junto a grupos populares desenvolvendo e aplicando novas perspectivas de cultura e educação popular. Em 1960 foi criado no Recife movimento de cultura popular e dos centros de cultura popular da União Nacional dos Estudantes, a partir de 1961. Também segmentos da igreja católica aplicar-se-ão neste compromisso, com destaque para o movimento de educação de base (MEB), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não esquecendo a grande campanha

iniciada pela prefeitura de Natal “de pé no chão também se aprende a ler” e a campanha de educação popular da Paraíba (CEPLAR).

A referência principal de um novo modelo teórico e pedagógico para EJA será a do educador pernambucano Paulo Freire. A sua proposta teoricamente sustentada em outra visão socialmente comprometida, inspirará os programas de alfabetização e de educação popular realizados no país nesse início dos anos 60. “Ele marcava o início de um novo período na educação dos adultos no Brasil.” MOURA (2001, p. 28).

Alguns grupos citados acima foram organizados e passaram a pressionar o governo Federal a fim de que apoiasse e formulasse uma coordenação nacional das iniciativas que veio ocorrer em meados de 1963. Logo depois em novembro, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização orientado pelo já conhecido: Sistema Paulo Freire. O golpe de 1964, interrompe a efetivação do plano que desenvolveria estes programas. “O modelo de desenvolvimento” adotado pelos novos organizadores do poder entendia como ameaça à ordem tais planos e programas. Os programas, Movimentos e campanhas foram acabados ou fechados. “... As decisões oficiais se pautam predominantemente por critérios políticos e ideológicos com vistas à sedimentação do poder político e nas estruturas socioeconômicas...” GIROUX, apud MOURA (1992, p.8).

A resposta do regime militar constitui em primeira instância no crescimento da cruzada ABC, entre 1965 e 1967 e, depôs, no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) criado em 1967. O MOBRAL estabeleceu-se como fundação com plenos poderes gerencial em relação ao Ministério da Educação. A partir de 1970, reestruturado, recebeu várias verbas específicas vindas de percentual e Loteria Esportiva e, sobretudo de deduções de imposto de renda, começando uma campanha maciça de alfabetização através de educação continuada de adolescentes e adultos.

Até meados da década de 80, o MOBRAL não parou de crescer abrangendo todo território nacional e diversificando sua atuação. Um dos fatores importantes foi o Programa de Educação Integrada (PEI), que mediante condensação do primário, possibilitaria a continuidade dos estudos, para recém-alfabetizados com precário domínio da leitura e da escrita.

O material de recursos designado para o MOBRAL, não correspondem as esperadas, sendo considerado um desperdício e um programa ineficiente por planejadores e educadores. Os magistrados o tinham como um programa que viesse resolver o analfabetismo em um

curto prazo, isso não aconteceu. Não esquecendo a grande divulgação do ensino supletivo oferecido pelo MEC, através da lei nº 5.692/71.

Com a extensão do ensino primário para o ensino de 1º grau, com oito anos de duração, com essas medidas houve um grande interesse de certificação nesse nível, através dos exames. Esses exames passaram a ser realizados em estádios esportivos, exigindo sua normatização de nível nacional. Diante dessas medidas o parecer nº 699/71 do cons. Valmir Chagas, modificou algumas metodologias desse ensino, e o MEC ofereceu vários cursos, como por exemplo, os direcionados a certificação dos orientadores leigos.

Com certeza a iniciativa que deu mais ênfase foi a implantação dos Centros de Ensino Supletivo (CES), englobando todos aqueles que pretendiam realizar estudos na faixa de escolaridade posterior às series iniciais do ensino de primeiro grau, incluindo também aos agressos do MOBRAL. Em 1985, o regime autoritário já estava em decadência, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi substituído pela Fundação Educar, agora dentro das competências do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e com a finalidade específica de alfabetização.

Esta fundação não atuava diretamente nos programas, mas agia como apoio financeiro e técnico às ações de outros níveis de governo, de organizações não governamentais e de empresas. Ela foi extinta em 1990, no início do governo Collor, quando se criava novas ideias da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da Constituição Federal de 1988. Nota-se que esse processo não contínuo do estado, estão presentes nas parcerias de associações civis com os poderes públicos, que ajudam voluntariamente preenchendo espaços naquilo que é dever do estado.

A sociedade por sua vez, sem fins lucrativos, deve colaborar com os membros do dever de atendimento da escola esta colaboração muitas vezes serve de melhoria e de precioso enriquecimento na tarefa de ajudar aqueles que não tiveram oportunidades na sua infância e adolescência. Muitas dessas associações passam por um processo de transformações adquirindo várias experiências que podem ser transformadas em indicações e apontadas na ordem cultural e metodológica quando se propõem a desenvolver a trabalhar no campo de ação de educação escolar. "A aprendizagem nessa concepção representa uma mudança de comportamento observável e mensurável dependendo das conexões E – R (Estímulo – Resposta) e resultado de um condicionamento progressivo". BARBOSA, apud MOURA (1994, p. 70).

O programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é bastante extenso, heterogêneo e muito abrangente. São muitas as agências que as desenvolvem, tanto na ação pública como

privada, onde há misturas de cursos presenciais com avaliação do decorrer do curso, cursos à distância, cursos livres, estratégias específicas de educação sempre seguindo parâmetros organizacionais da sociedade civil e tantas outras iniciativas sob a figura de educação permanente. Segundo CUNHA, apud MOURA (1999, p. 12):

Era preciso, portanto, que o processo educativo interferisse na estrutura social que produza o analfabetismo. A alfabetização e a educação de base de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-las.

A União sempre participou de alguma maneira no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), dando assistência técnica e financeira. Atualmente no Art. 8º, 1º da Lei de Diretrizes Brasileiras (LDB), mostra formas de impedir a descontinuidade e induzir ações continuadas e conjuntas com os diferentes da União é de fundamental importância para os encontros dos diferentes entes federativos e de outros intermediadores que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nos dias atuais a Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), juntos com a Secretaria de Educação Fundamental (SEF) e do ministério da educação e cultura (MEC) engloba o conjunto das políticas do ensino fundamental. A intenção maior desses programas é unir forças trabalhando em parcerias e convênios com estados e municípios. Essas iniciativas se dão sob o princípio do Art. 8º s 1º que formaliza a função supletiva e redistributiva da União junto ao sistema de ensino. São analisados vários projetos com municípios e estados, através de convênios e parcerias com outros órgãos públicos de outros ministérios e organizações não governamentais antes de liberarem financiamento.

O Ministério de Educação e Cultural (MEC) planejou e vem distribuindo livros pedagógicos e didáticos apropriados para esta modalidade, direcionados aos alunos e professores, incluindo várias formas de proposta pedagógicas é uma forma de explicar a função supletiva da União no sentido de proporcionar aos projetos das instituições e programas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mais recursos didáticos.

Existem também várias opções dirigidas para projetos que servirá de apoio a docentes que queiram desenvolver ações de formação continuada apoiado pelas normas constitucionais e infraconstitucionais, a União, ao deixar de participar diretamente nessa área, passa essa tarefa nos estados e municípios a ação direta de atuação. Em 1997, a presidência da República apoia ações de alfabetização através do conselho da comunidade solidária que veio com toda força, a partir de 1999, tornando-se uma organização não governamental.

Seu programa de alfabetização solidária está sendo realizado em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), e iniciativa privada, atuando em alguns municípios, dando prioridade no Nordeste e no Norte, áreas apresentadas com maiores índices de analfabetos. Várias entidades estão associadas ao programa engajadas fornecendo apoio para o processo de alfabetização e desde 1999, este programa vem crescendo cada vez mais para os grandes centros urbanos.

O governo federal preserva outros programas ligados ao Ministério de assuntos relativos a imóveis e de reforma agrária junto aos assentamentos e há uma forte presença do Ministério do Trabalho no campo de projetos ligados a educação voltada para várias formas de capacitação de trabalhadores, o mesmo conta com recursos do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT). Existe também uma grande força das entidades do chamado “sistema” em programas de educação profissional em vigor, as escolas técnicas públicas e particulares também estão inserindo e inovando programas da educação profissional de nível básico, paralelamente a oferta de cursos de educação profissional de nível técnico.

A nova proposta legal da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no interior da educação básica a organização do ensino fundamental e sua inclusão na visão do direito como direito público subjetivo são uma conquista e um avanço cuja efetivação representa um caminho no campo da colaboração recíproca e na necessidade de políticas integradas na LDB 9394/96.

Os municípios com a diversidade que possui tamanho e contextos diferentes não estão tendo capacidade nem condições de assumir o cargo que lhe fora atribuído, ao mesmo tempo muitas administrações municipais vem buscando assumir este compromisso com propostas pedagógicas, formação docente e produção de material didático, daí a importância da existência de uma fonte permanente de recursos a fim de viabilizar o caráter excludente deste direito.

Sendo como direito de cidadania, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser um compromisso de institucionalização com política pública própria do ensino fundamental e médio e conseqüente de direito público individual. Aqueles interessados na permanência do direito à Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem procurado se integrar com associações civis educacionais, sem fins lucrativos, e que mostram trabalhos da maior qualidade social. Muitas pelas reuniões conhecimentos importantes diante das experiências vivenciadas, neste campo.

Os empresários dentro de suas necessidades, reconhecem como importante a educação têm tomado iniciativas próprias ou buscando o fortalecimento de parcerias seja com

os poderes públicos ou com organizações não governamentais e modificando ações já existentes no campo do sistema. Os trabalhos tendo a consciência do valor da educação para a construção de uma cidadania ativa e para uma formação contemporânea tomam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como espaço de direito e como lugar de desenvolvimento humano profissional.

Esta união de iniciativas tem realizado eventos e se reunido em fóruns regionais, nacionais e internacionais. Para se conquistar um direito efetivo é preciso superar a grande história de opiniões, doutrinas e preconceitos que penetram na sociedade com as políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo a colaboração recíproca e a gestão democrática, avaliação necessária das políticas implica uma atualização permanente em clima de diálogo com diferentes interlocutores institucionais.

3. A CONTEXTUALIZAÇÃO DA EVASÃO NO ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL CÔNEGO JOSÉ BULHÕES

A Escola Cônego José Bulhões, é situada no município de Dois Riachos – AL, na zona urbana do Sertão Alagoano, tem esse nome em homenagem a um Padre que vinha de Santana do Ipanema, município vizinho, celebrar Missa uma vez por mês, daí a denominação: Cônego José Bulhões. A escola foi fundada no ano de 1959, pelo Sr. Dioclécio Ferreira, que era um comerciante residente no povoado Areais Branca e tinha Armazém neste município. Até 1963, a escola funcionava sem denominação oficial, mas logo a seguir teve seu decreto de criação datado de 20 de fevereiro de 1964.

Figura 1 a fachada atual da Escola supracitada.



No passado, até 1993, a Escola oferecia ensino de 1ª a 4ª séries e o Telecurso de 1º grau de 1993 até 2001, a escola já oferecia ensino de 1ª a 8ª séries e no ano de 2002, além desses, também oferece o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Em 2011 com a inauguração do novo prédio a escola oferece até os dias atuais do 5º ao 9º ano do ensino Fundamental, o Ensino Médio normal e a Educação de Jovens e Adultos, nas turmas de 4ª etapa; 5ª etapa, 6ª etapa, 7ª e 8ª do ensino Fundamental e 1º e 2º Ano de EJA do Ensino Médio.

Em relação à evasão. O maior problema está relacionado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois os alunos se matriculam e depois desistem. A prática da Educação de Jovens e Adultos nas escolas, apesar das renovações propostas pelas atuais reformas de ensino que surge, o educando como agente do processo educativo, ao longo da história e em sua grande maioria, tem se limitado a forma de educação “bancária”, onde o aluno absorve uma gama de conhecimentos, muitas vezes alheio às suas ansiedades, seus interesses e sua realidade. Segundo Freire apud Moura (2001, p. 57):

[...] Pela transformação do pensamento, da formação de conceitos e de outras formas de comportamento, resultados das relações culturais propiciadas pela escola, como a principal instituição dentre outras instituições culturais, seriam possíveis formas de intervenções na sociedade, através de ações planejadas e deliberadas que possibilitassem mudanças neles mesmas e nas condições históricas culturais.

A forma como Freire chega à alfabetização de adultos afastava qualquer hipótese de entendimento da alfabetização como uma ação puramente mecânica. A inquietação passa a dominar os jovens e adultos, insatisfeitos com a condição de espectadores. A escola deveria ser o ambiente mais indicado para responder as inquietações e satisfazer necessidades de jovens e adultos para que eles possam acompanhar a evolução da sociedade.

Reconhecer as consequências da exclusão do jovem e do adulto no processo ensino-aprendizagem é concordar com Oliveira apud Moura (1999) ao salientar que a dinâmica no processo ensino-aprendizagem para jovens e adultos é construída na suposição de que os mesmos percorreram a escolaridade de forma regular. Esta suposição gera por si só a inadequação dos currículos, dos materiais, da postura dos professores, perpetuando assim no interior do espaço educativo as práticas de exclusão.

Os motivos pelos quais levaram os alunos a abandonarem a escola foram a necessidade de trabalharem para que pudesse sustentar sua própria família, os conteúdos não apropriados a sua assimilação e realidade e a postura tradicional do professor, principalmente no que diz respeito a relação pessoal.

Segundo os dados estatísticos, através das atas anuais da Educação de Jovens e Adultos na referida escolas observamos que em 2008 o número de matriculados foi de 150 alunos sendo que somente 82 alunos foram aprovados, o restante evadidos e reprovados num percentual de 54,66%, em 2009 a procura aumentou, 1.106 foi o número de matriculados e um percentual de 43,30% evadidos e reprovados, ao final do ano, dos alunos matriculados somente 525 foram aprovados.

Em 2010, a procura diminuiu, 236 alunos se matricularam, e somente 118 foram aprovados, evadidos e reprovados teve um percentual de 50%, em 2011 mais uma vez a procura diminuiu 199 foi o número dos alunos matriculados onde 83 foram aprovados e o percentual de evadidos e reprovados foi de 41,70%.O insucesso sempre esteve presente neste estabelecimento de ensino como a procura de matrículas em 2012, apenas 118 alunos.

Esta realidade denuncia a necessidade de ações urgentes, pois a evasão é evidente, o que pode acarretar a extinção da EJA nesta referida escola, não por não existir clientela, mas por a escola não conseguir retê-los. Observamos que o papel do professor é investigar o que os alunos fazem e o que pretendem fazer com os estudos. Com bases nessas informações, ele vai construir uma prática para atender as diferentes necessidades de aprendizagem.

Alfabetizar jovens e adultos que nunca frequentaram a escola e fazer com que outros completem a educação básica são desafios que o país vai enfrentar nos próximos anos. Essa tarefa seria quase desanimadora se os resultados dependessem de uma só iniciativa. Admite-se

a necessidade de continuar a haver todo um esforço para o atendimento aos excluídos, tanto por parte do poder público, quanto pelas iniciativas da sociedade, reiterando-se as dificuldades de realizações de ações contando apenas com educadores mal preparados, por não se poderem responsabilizar esses sujeitos por tarefas de tamanha complexidade.

Os modos, no entanto como se pensa a alfabetização exige concepções que levem em conta a diversidade dos sujeitos educandos, suas práticas sociais e culturais e do mundo do trabalho, seu estar no mundo. “O adulto traz consigo uma longa história de conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo e as pessoas”. Oliveira apud Moura (1999, p. 20),

Mas exigem também a mobilização da sociedade para assegurar a qualidade do processo, seu acompanhamento e resultado. Relevante ainda na definição de políticas e programas é a formação continuada de educadores. Pelo indispensável papel que exercem no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais consequentes com os fundamentos dos processos de aprender a ler e escrever, além de outros fatores necessários para a vida em sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do ensino vem se dando de diferentes formas, oscilando junto com a conjuntura sociopolítica e econômica, em períodos de democracia. As iniciativas de atendimento à Educação de Jovens e Adultos multiplicam-se e diversificam-se constantemente. As práticas têm ressaltado, para seu sucesso, necessidade de fortalecer a autoestima e a construção da identidade dos sujeitos que dela participam.

Por já ter trabalhado na Educação de Jovens e adultos no programa MOBREAL, no ano de 1970, reporto-me as experiências vivenciadas nesta época. O local onde desenvolvia minhas aulas era em uma residência cedida pelo senhor Manoel Urbano, hoje esta residência foi demolida. O espaço era inadequado pela grande demanda, trabalhava com 25 alunos jovens e adultos, as condições físicas eram precárias por não haver energia elétrica no local, usávamos candeeiro que era abastecido com querosene que dificultava muito a visibilidade.

A metodologia utilizada era a tradicional seguindo as normas do próprio MOBREAL, com soletração das palavras chaves. O material utilizado era disponibilizado pelo programa, utilizava cartazes com palavras-chave do dia a dia dos alunos e suas respectivas sílabas, incentivando a produção de novas palavras. Tínhamos quadro negro, giz e apagador. Os

alunos possuíam livros, cadernos e lápis comum. Apesar das condições serem precárias, havia muita vontade de aprender pelos alunos e muita disposição por minha parte como professora, o que resultou no alcance de todos os 25 alunos alfabetizados.

Ao ingressar na Escola Estadual Cônego José Bulhões em 1981, como professora, utilizava como metodologia as mesmas desenvolvidas no MOBRAL, e o resultado eram positivos, apesar de ser intitulada educação bancária, ou tradicional sem a participação ativa dos alunos. Hoje muito se fala na linha do “construtivismo” não que eu seja contra, mas acho que falta preparação por parte dos professores em lidar com essa nova linha do construtivismo. Onde alunos professores e toda comunidade escolar tem oportunidade de se envolver em todo processo educativo, não vejo grandes mudanças.

Desenvolvi os cargos de diretora, e supervisora pedagógica e a preocupação era a mesma, procurar meios de motivação para que o aluno realmente aprendesse, mas o compromisso do professor era sempre inadequado. Quando solicitado a participar de encontros pedagógicos, treinamentos, capacitações. A participação sempre deixava a desejar, pois os professores se sentiam dono do saber.

Hoje a escola dispõe de todos os equipamentos da mídia, como: computadores, biblioteca, laboratório de matemática. Laboratório de ciências, jogos pedagógicos, mapas, matérias pedagógicos diversos, que facilita o desenvolvimento de atividades, entre outros, observamos que a evasão na Educação de Jovens e Adultos é evidente, por a escola não conseguir retê-los.

Atualmente deveria haver uma educação de qualidade com o alcance da escolarização necessária desses alunos, porém temos observado que a metodologia não atrai os alunos, a postura do professor em nada mudou, e a migração desses alunos é evidente acho que é essa a principal razão para tanta evasão. Os alunos não conseguem sobreviver no próprio município.

Como sugestão para sanar ou pelo menos minimizar esse problema, o município poderia criar subsídios para esses alunos poderem se sustentar e sustentar suas famílias na sua própria cidade promovendo junto a Secretaria de Ação Social cursos profissionalizantes já que não temos nenhuma fábrica que promovesse a produção de empregos: que poderiam ofertar a essa clientela o preparo para sua sobrevivência, como sugestões de cursos temos: arte culinária: cursos de crochê: reciclagem de materiais; pintura; corte e costura; Carpintaria; pedreiro; Entre outros. Evitando assim a migração. E possibilitando esses Jovens e Adultos à sua escolarização.

Todas as medidas esboçadas sobre o conteúdo dos processos de educação escolar mostram uma orientação histórica, social pedagógica e didática. O ensino deve conter situações nos quais os alunos possam interagir de modo participativo construindo seus próprios conhecimentos, apoiados pela experiência do professor, que deve sempre valorizar o conhecimento do aluno, trabalhando a realidade e as suas necessidades existentes (econômicas, sociais, intelectuais e espirituais), bem como, as da sociedade em que eles estão inseridos.

Com a elaboração desse estudo foi possível constatar que a EJA é um campo fértil para estudo e pesquisa, pois é grande o contingente populacional que ainda não concluiu a educação básica. Como esta se atrela dos interesses sociais ao mudar as demandas do trabalho, muda o perfil do emprego, há solicitação de o trabalhador que dê conta de acompanhar as mudanças.

Quaisquer que sejam suas áreas de atuação, para todos os trabalhadores regem a exigência de adquirir à capacidade de adaptação as mudanças, de compreender os novos processos técnicos decorrentes das novas tecnologias, de saber comunicar-se de forma eficiente e de adquirir conhecimentos profissionais de base e essas capacidades podem ser desenvolvidas por meio da educação básica.

No entanto, pode-se dizer que para haver a democratização da educação não basta apenas a existência de leis, é preciso que haja comprometimento dos órgãos públicos, responsáveis diretos pela sua efetivação. Pode-se destacar que a evasão em EJA é um fator determinante que inviabiliza sua concretização e com isso o domínio da leitura e da escrita fica comprometido.

Na verdade, os processos de aquisição dos códigos linguísticos passam pelo envolvimento do sujeito e do seu comprometimento e isso tem ligação com a forma como está organizado o Projeto Pedagógico da Escola, que tem essa perspectiva de ensino e organiza seus métodos para que a apropriação da escrita e da leitura se dê de maneira crítica e participativa.

Assim, antes de o aluno iniciar-se em sua escrita, o professor deve ter como proposta fazer com que ele seja sujeito, que vai a busca do conhecimento, ultrapassando uma compreensão mágica da realidade, desfazendo a cultura letrada, na qual o educando estará se iniciando.

REFERÊNCIAS

BARBOSA. José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

BEISEGEL. Celso de Rui. **Estado e Educação Popular**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9394/96. Brasília: MEC. 1996.

CUNHA. Conceição Maria da. Introdução – **Discutindo Conceitos Básicos**. In: **SEED-MEC. Salto para o futuro. Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 1999.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI. Moacir. **Convite à Leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 2000.

GIROUX. Henry. **A Teoria Crítica e Resistência em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOURA. T. M. M. **A Prática Pedagógica de Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreira e Vygotsky**. Maceió: EDUFAL, 2001.

OLIVEIRA. Francisca Gracileide de. **O Texto Literário na Pedagogia da Alfabetização de Jovens e Adultos**. Monografia (graduação em Pedagogia). Natal: UFRN, 1999.

PAIVA. V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1983.

VEIGA. I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.